



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

7ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Crimes contra o Patrimônio

7ª edição: Revista, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Capítulo I - FURTO

Seção I - Disposições Gerais

1. Evolução histórica
2. Fundamento constitucional
3. Modalidades típicas de furto
4. Objeto jurídico
5. Consentimento do ofendido justificante
6. Objeto material
 - 6.1 Coisa
 - 6.2 Coisa móvel
 - 6.3 Coisa móvel alheia
7. Sujeitos da infração penal

Seção II - Tipo básico

1. Conduta típica
2. Elemento subjetivo
3. Furto de uso
4. Consumação
5. Tentativa
6. Crime impossível
7. Erro de tipo
8. Concurso de crimes
9. Prova da materialidade
10. Pena e reflexos da Lei 15.397/2026
11. Incidência da Lei 9.099/1995
12. Ação penal
13. Classificação jurídica

Seção III - Furto noturno

1. Evolução legislativa e reflexos penais
2. Natureza jurídica
3. Ratio legis
4. Repouso diurno
5. “Repouso noturno” x “durante a noite”

6. Exigência de que a vítima esteja repousando e de ser localidade habitada

7. Incidência da majorante

Seção IV - Furto privilegiado

1. Outras denominações

2. Requisitos

3. Benefícios

4. Direito subjetivo do réu

5. Furto noturno privilegiado

6. Furto híbrido (privilegiado-qualificado)

Seção V - Furto qualificado e majorado

Subseção I - Disposições preliminares

1. Panorama geral

2. Concurso de qualificadoras

3. Princípio da insignificância

Subseção II - Qualificadoras do §4º

1. Contextualização

2. Natureza das qualificadoras

Tópico I - Com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa

1. Sentido

2. Momento

3. Absorção do dano

4. Qualificadora não-transeunte

5. Rompimento do vidro do automóvel

Tópico II - Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza

1. Abuso de confiança

1.1 Natureza

1.2 Incomunicabilidade

1.3 Alcance

1.4 Agravante genérica

1.5 Apropriação indébita

2. Mediante fraude

2.1 Estelionato – distinção

2.2 Test drive

2.3 Saques ou transferências pela internet

2.4 Clonagem de cartões

2.5 Qualificadora mais gravosa

2.6 Majorante

2.7 Irretroatividade da Lei 14.155/21

2.8 Natureza

3. Escalada

3.1 Conceito

3.2 Via normal

3.3 Ingresso parcial

3.4 Furto rififi

3.5 Prova pericial

4. Destreza

4.1 Conceito

4.2 Expressões policiais

4.3 Vítima percebe

4.4 Localização da coisa

4.5 Esbarrão

Tópico III - Com emprego de chave falsa

1. Conceito

2. Chave verdadeira

3. Ligação direta

4. Chave falsa para acionar o motor o carro

5. Chapolin e Capeta

6. Contravenções penais

7. Exame pericial

Tópico IV - Mediante concurso de duas ou mais pessoas

1. Crime acidentalmente coletivo

2. Coautoria ou participação

3. Inimputáveis e desconhecidos

4. Menor de 18 anos

Tópico V - Contra quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços essenciais

1. Criação e reformulação

2. Conduta e alcance

3. Concurso aparente com a qualificadora do §8º

4. Lei penal no tempo

Subseção III - Qualificadoras dos §§4ºA e 7º

1. Vigência

2. Fatos anteriores

3. Efeitos

4. Reestruturação do §7º pela Lei 15.397/2026
5. Concurso com os crimes do Estatuto do Desarmamento
6. Hediondez
7. Lei penal no tempo

Subseção IV - Qualificadora do §4º-B

Subseção V - Qualificadora do §5º

1. Criação
2. Requisitos
3. Conceito de veículo automotor
4. Qualificadora material e condicionada ao elemento subjetivo especial
5. Tentativa
6. Omissão legislativa em relação ao Distrito Federal
7. Transporte para outro Município
8. Concurso de crimes
9. Multa — omissão corrigida
10. Lei penal no tempo

Subseção VI - Qualificadora do §6º

1. Criação e reformulação
2. Semovente de produção e animal doméstico (inc. I)
3. Definição e alcance do inciso II
4. Distinção entre o §6º, II e o §4º-B
5. Compatibilidade com o privilégio
6. Crítica doutrinária
7. Lei penal no tempo

Subseção VII - Qualificadora do §8º

1. Criação
2. Incidência da privilegiadora
3. Concurso aparente com o §4º, V

Subseção VIII - Qualificadora do §9º — Organização Criminosa Ultraviolenta

Subseção IX - Qualificadora do §10 e majorantes dos §§11 e 12

1. Criação
2. Ratio legis
3. Natureza jurídica
4. Objeto material
5. Majorantes do §11
6. Majorantes do §12
7. Concurso aparente de normas

8. Furto privilegiado e repouso noturno
9. Hediondez
10. Penas e seus reflexos
11. Competência
12. Direito intertemporal – efeitos da lei penal no tempo

Subseção X - Furto de coisa comum

1. Contextualização
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal
5. Conduta típica
6. Elemento subjetivo
7. Consumação e tentativa
8. Coisa fungível — hipótese de atipicidade do §2º
9. Distinção com a apropriação indébita e com o peculato
10. Penas e seus reflexos
11. Ação penal
12. Classificação jurídica

Capítulo II - DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Seção I - Do Roubo

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Crime complexo
4. Roubo bagatela e roubo privilegiado
5. Sujeitos da infração penal
6. Ação penal
7. Classificação jurídica

Subseção II - Roubo próprio

1. Conduta típica
2. Elementares típicas
 - 2.1 Violência própria
 - 2.2 Violência moral
 - 2.3 Violência imprópria
 - 2.4 Momento
3. Elemento subjetivo
 - 3.1 Robin Hood

3.2 Roubo de uso

3.3 Roubo necessitado

4. Consumação

5. Tentativa

6. Pena e reflexos da Lei 15.397/2026

Subseção III - Roubo impróprio

1. Conduta típica

2. Elementares típicas

3. Elemento subjetivo

4. Consumação

5. Tentativa

6. Distinção entre o roubo próprio e o impróprio – quadro sinóptico

Subseção IV - Roubo qualificado pela subtração de quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União,

de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais

1. Criação e reformulação

2. Lei penal no tempo

Subseção V - Roubo majorado (agravado ou circunstanciado)

1. Quadro sinóptico das hipóteses legais

2. Natureza jurídica

3. Aplicação

4. Fundamentação concreta

Tópico I - Emprego de arma

1. Conceito de arma

2. Evolução legislativa

2.1 Identificação dos efeitos das alterações legislativas

2.1.1 Emprego de arma branca

2.1.2 Emprego de arma de fogo

2.2 Alcance do §2ºB

3. Desnecessidade de apreensão e perícia na arma

4. “Emprego” de arma

5. Influência na pena

6. Concurso entre roubo e porte ilegal de arma de fogo

7. Concurso de agentes

8. Crimes hediondos

Tópico II - Concurso de duas ou mais pessoas

1. Razão de ser
2. Crime acidentalmente coletivo
3. Características dos participantes
4. Associação criminosa armada
5. Aplicação da majorante do roubo no furto qualificado pelo concurso de agentes
6. A questão da exigência da presença de todos no local da subtração

Tópico III - Vítima a serviço de transporte de valores

1. Razão de ser
2. Alcance limitado
3. Elemento subjetivo destacado
4. Valores

Tópico IV - Veículo automotor levado a outro Estado ou País

1. Criação
2. Requisitos
3. Conceito de veículo automotor
4. Majorante material e condicionada ao elemento subjetivo especial
5. Omissão legislativa em relação ao Distrito Federal
6. Transporte para outro Município
7. Concurso de crimes

Tópico V - Restrição da liberdade da vítima

1. Razão de ser
2. Sequestro relâmpago e extorsão mediante sequestro
3. Configuração da hipótese majorante
4. Crime hediondo

Tópico VI - Subtração de substâncias explosivas ou de acessórios e destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum

1. Criação
2. Não é crime hediondo

Tópico VII - Subtração de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados, bem como equipamentos ou materiais ferroviários ou metroviários

Tópico VIII - Subtração de aparelho de telefonia celular, de computador ou de dispositivo eletrônico ou informático semelhante

1. Criação
2. Simetria com o furto — e diferença de técnica
3. Interpretação analógica
4. Roubo do aparelho seguido de fraude eletrônica
5. Lei penal no tempo

Tópico IX - Subtração de arma de fogo

1. Criação
2. Distinções indispensáveis
3. Concurso com o Estatuto do Desarmamento
4. Lei penal no tempo

Tópico X - Subtração de petróleo, derivados e demais combustíveis

1. Criação
2. Majorante, e não qualificadora
3. Relação entre o inciso XI do §2º e o inciso III do §2º-A
4. O veto parcial
5. Hediondez
6. Roubo por integrante de organização criminosa ultraviolenta
7. Direito intertemporal – efeitos da lei penal no tempo

Tópico XI - Roubo por integrante de organização criminosa ultraviolenta

1. Contextualização
2. Natureza jurídica e posição sistemática
3. Pena cominada e confronto com as demais causas de aumento
5. Elemento de conexão
6. Concurso com o crime de organização criminosa
7. Hediondez
8. Lei penal no tempo

Subseção VI - Roubo qualificado pela lesão e pela morte

1. Evolução legislativa
2. Aplicação
3. Resultado condicionado
4. Configuração
5. Requisitos
6. Incompatibilidade com as majorantes
7. Crimes hediondos

Tópico I - Roubo qualificado pela lesão corporal grave

1. Alcance
2. Lesão corporal leve
3. Vítima
4. Consumação
5. Tentativa

Tópico II - Roubo qualificado pela morte

1. “Nomem juris”

2. Crime complexo e pluriofensivo
3. Competência
4. Consumação
5. Tentativa
6. Concurso de crimes
 - 6.1 Conduta culposa geradora da morte
 - 6.2 “Animus furandi” posterior à morte
 - 6.3 Continuidade delitiva entre latrocínio e roubo simples ou majorado
 - 6.4 Concurso de crimes ou crime único?
7. Sujeito passivo
8. Lei penal no tempo e reflexos penais

Seção II - Da Extorsão

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal

Subseção II - Tipo básico

1. Elementos do tipo
2. Consumação
3. Tentativa
4. Ação penal
5. Classificação jurídica

Subseção III - Extorsão majorada (agravada ou circunstanciada)

Tópico I - Concurso de pessoas e emprego de arma

1. Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas
2. Se o crime é cometido com emprego de arma

Tópico II - Extorsão por integrante de organização criminosa

1. Natureza jurídica
2. Pena cominada
3. Assimetria redacional em relação aos demais dispositivos do bloco
4. Lei penal no tempo

Subseção IV - Extorsão qualificada

Tópico I - Extorsão qualificado pela lesão corporal grave ou morte

1. Tipo remetido
2. Crime hediondo?

Tópico II - Sequestro relâmpago

1. Criação
2. Roubo majorado, sequestro relâmpago e extorsão mediante sequestro
3. Crime formal
4. Pena remetida
5. Crime hediondo

Seção III - Da Extorsão Mediante Sequestro

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal

Subseção II - Tipo básico

1. Conduta típica
2. Consumação
3. Tentativa
4. Crime hediondo
5. Competência
6. Crime permanente
7. Ação penal
8. Crime militar
9. Prioridade de tramitação
10. "Abolitio poena"
11. Classificação jurídica

Subseção III - Extorsão mediante sequestro qualificada

Tópico I - Qualificadoras do art. 159, §1º, CP

1. Sequestro dura mais de 24 horas
2. Idade da vítima
3. Associação criminosa

Tópico II - Qualificadoras do art. 159, §§2º e 3º, CP

1. Lesão corporal de natureza grave ou morte
2. Identificação da vítima dos resultados qualificadores

Subseção IV - Delação premiada - art. 159, §4º, CP

1. Criação
2. Crítica
3. Natureza jurídica
4. Requisitos
5. Direito subjetivo do delator

6. Dispositivo revogado

7. Lei de Organização Criminosa

Subseção V - Extorsão mediante sequestro por integrante de organização criminosa

1. Natureza jurídica e fator de aumento

2. Alcance — "os crimes previstos neste artigo"

4. Limite das penas

5. Lei penal no tempo

6. Reflexo processual — prisão preventiva

Seção IV - Extorsão Indireta

1. Conceito e razão de ser

2. Objeto jurídico

3. Objeto material

4. Sujeitos da infração penal

5. Condutas típicas

6. Elemento subjetivo

7. Consumação

8. Tentativa

9. Pena e seus reflexos

10. Ação penal

11. Classificação jurídica

Capítulo III - Da usurpação

1. Contextualização do capítulo

Seção I - Alteração de limites

1. Objeto jurídico

2. Objeto material

3. Sujeitos da infração penal

4. Conduta típica

5. Elemento subjetivo

6. Consumação e tentativa

7. Emprego de violência

8. Penas e seus reflexos

9. Ação penal

10. Classificação jurídica

Seção II - Usurpação de águas

1. Objeto jurídico e objeto material

2. Conduta típica

3. Elemento subjetivo

4. Distinção com os crimes ambientais e com o furto de água
5. Consumação e tentativa
6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica

Seção III - Esbulho possessório

1. Objeto jurídico
2. Objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica e meios de execução
5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Concurso de crimes
8. Penas e seus reflexos
9. Ação penal
10. Classificação jurídica

Seção IV - Supressão ou alteração de marca em animais

1. Contextualização
2. Objeto jurídico e objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica
5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Distinção com o abigeato
8. Penas e seus reflexos
9. Ação penal
10. Classificação jurídica

Capítulo IV - Do dano

1. Contextualização do capítulo

Seção I - Dano simples

1. Objeto jurídico
2. Objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica
5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Princípio da insignificância

8. Concurso de crimes e distinções
9. Penas e seus reflexos
10. Ação penal
11. Classificação jurídica

Seção II - Dano qualificado

1. Natureza jurídica
2. Inciso I — violência à pessoa ou grave ameaça
3. Inciso II — substância inflamável ou explosiva
4. Inciso III — patrimônio público
5. Inciso IV — motivo egoístico ou prejuízo considerável
6. Penas e seus reflexos
7. Classificação jurídica

Seção III - Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia

1. Contextualização
2. Objeto jurídico e objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica
5. Elementos normativos
6. Elemento subjetivo
7. Consumação e tentativa
8. Penas e seus reflexos
9. Ação penal
10. Classificação jurídica

Seção IV - Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

Seção V - Alteração de local especialmente protegido

Seção VI - Ação penal nos crimes de dano

1. Alcance da regra
2. Quadro sinótico da ação penal no capítulo
3. Reflexos práticos da ação penal privada
4. Uma peculiaridade do inciso IV

Capítulo V - APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Seção I - Apropriação indébita

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal

4.1 Sujeito ativo

4.2 Sujeito passivo

Subseção II - Tipo básico

1. Elementos do tipo
2. Elemento subjetivo
3. Consumação e tentativa
4. Apropriação indébita privilegiada
5. Ação penal
6. Competência
7. Benefícios penais e processuais
8. Crime militar
9. Classificação jurídica

Subseção III - Apropriação indébita circunstanciada

(majorada ou agravada)

1. Natureza jurídica
2. Equívoco legislativo
3. Suspensão condicional do processo

Tópico I - Em depósito necessário (inc. I)

1. Conceituação
2. Aplicação da majorante
1. Rol Taxativo
2. Ajuste terminológico

Seção II - Apropriação indébita previdenciária

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal
5. Crimes omissivos
6. Elemento subjetivo
7. Consumação
8. Tentativa
9. Princípio da insignificância
11. Ação penal
12. Competência

Subseção II - Tipo básico

1. Conduta típica

2. Norma penal em branco

Subseção III - Tipos derivados

Subseção IV - Extinção da punibilidade

1. Regulamentação
2. Posição do STF

Subseção V - Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa

1. Requisitos
2. Vedação
3. Desnecessidade do dispositivo

Subseção VI - Devedor contumaz na apropriação indébita previdenciária

1. Contextualização e reflexos penais
2. O conceito de devedor contumaz
3. A regra de irreversibilidade do §6º
4. Reflexo sobre o pagamento a qualquer tempo
5. Extensão à sonegação de contribuição previdenciária
6. Lei penal no tempo
7. Reflexo sobre o item "Desnecessidade do dispositivo"

Seção III - Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza

1. Contextualização
2. Objeto jurídico e objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. As três causas de vinda da coisa
5. Conduta típica
6. Elemento subjetivo
7. Consumação e tentativa
8. Distinções indispensáveis

Seção IV - Apropriação de tesouro

1. Conceito de tesouro — norma penal em branco
2. O regime civil da divisão
3. Elementar "casualmente"
4. Bens de valor arqueológico

Seção V - Apropriação de coisa achada

1. Contextualização
2. Objeto material — a coisa perdida
3. O regime civil da coisa achada
4. O prazo de quinze dias
5. Apropriação parcial

6. Restituição depois do prazo
7. Penas e seus reflexos
8. Ação penal
9. Classificação jurídica

Capítulo VI - ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Seção I - Disposições Gerais

1. Modalidades típicas
2. Origem do vocábulo
3. Objeto jurídico
4. Objeto material
5. Sujeitos da infração penal
6. Ação penal
7. Competência
8. Benefícios penais e processuais

Seção II - Estelionato

Subseção I - Tipo básico

1. Elementos do tipo
2. Elemento subjetivo
3. Consumação
4. Tentativa
5. Casos específicos
6. Classificação jurídica

Subseção II - Estelionato privilegiado

1. Tipo remetido
2. Aplicação
3. Pequeno valor

Subseção III - Modalidades especiais de estelionato

Tópico I - Disposição de coisa alheia como própria

1. Coisa alheia
2. Promessa de compra e venda
3. Concurso de crimes

Tópico II - Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

1. Coisa própria
2. Configuração
3. Crime próprio

Tópico III - Defraudação de penhor

Tópico IV - Fraude na entrega de coisa

1. Sujeitos do crime

2. Outros crimes

Tópico V - Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

1. Impunibilidade da autolesão

2. Induzimento, instigação ou auxílio à automutilação

Tópico VI - Fraude no pagamento por meio de cheque

1. Tipo doloso

2. Tipo misto alternativo

3. Cheque pós-datado

4. Ausência de fraude

5. Conta encerrada

6. Competência

7. A questão da validade da Súmula 554 do STF

Tópico VII - Cessão de conta laranja

1. Criação

2. Conduta típica

3. Sujeitos da infração penal

4. Elemento subjetivo

5. Consumação e tentativa

6. Distinção com a lavagem de capitais

7. Pena e seus reflexos

8. Ação penal

9. Lei penal no tempo

10. Classificação jurídica

Subseção IV - Estelionato qualificado – “fraude eletrônica”

1. Definição da qualificadora

2. Reflexos penais

3. Afastamento do ANPP

4. Interpretação analógica

Subseção V - Estelionato circunstanciado, agravado ou majorado

Tópico I - Majorante do §2ºB

1. Circunstância do aumento

2. Aplicação restrita

3. Reflexos penais

Tópico II - Majorante do §3º

1. Circunstância do aumento

2. Previdência Social

3. Ação penal

Tópico III - Majorante do §4º

1. Circunstâncias do aumento
2. Conhecimento da idade
3. Reflexos penais

Seção III - Fraude com ativos virtuais

1. Contextualização e reflexos penais
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração penal
5. Conduta típica
6. Elementos do estelionato incorporados ao tipo
7. Elemento subjetivo
8. Consumação e tentativa
9. Distinções e concursos
10. Penas e seus reflexos
11. Ação penal
12. Competência
13. Classificação jurídica

Seção IV - Duplicata simulada

1. Contextualização
2. Objeto jurídico e objeto material
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica
5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Parágrafo único — o Livro de Registro de Duplicatas
8. Distinção com o estelionato
9. Penas e seus reflexos
10. Ação penal
11. Classificação jurídica

Seção V - Abuso de incapazes

1. Contextualização
2. Sujeitos da infração penal
3. Conduta típica e elementos normativos
4. Elemento subjetivo
5. Consumação e tentativa

6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica

Seção VI - Induzimento à especulação

1. Contextualização e distinção com o art. 173
2. A fórmula "sabendo ou devendo saber"
3. Elemento normativo — "operação ruinosa"
4. Penas e seus reflexos
5. Ação penal
6. Classificação jurídica

Seção VII - Fraude no comércio

1. Objeto jurídico e sujeitos
3. As figuras do "caput"
4. A figura qualificada do §1º
5. O privilégio do §2º
6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica

Seção VIII - Outras fraudes

1. Contextualização
2. Conduta típica — três hipóteses fechadas
3. A elementar "sem dispor de recursos"
4. Elemento subjetivo
5. Consumação e tentativa
6. O perdão judicial do parágrafo único
7. Penas e seus reflexos
8. Ação penal
9. Classificação jurídica

Seção IX - Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações

1. Estrutura do dispositivo
2. Cláusula de subsidiariedade expressa
3. Sujeitos da infração penal
4. Panorama das condutas do §1º
5. Elemento subjetivo
6. Consumação
7. Penas e seus reflexos
8. Ação penal

9. Classificação jurídica

Seção X - Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant

1. Objeto material — norma penal em branco
2. Sujeitos e conduta
3. Elemento subjetivo, consumação e tentativa
4. Penas e seus reflexos
5. Ação penal
6. Classificação jurídica

Seção XI - Fraude à execução

1. Objeto jurídico
2. Pressuposto — a existência de execução
3. Sujeitos da infração penal
4. Conduta típica
5. Elemento subjetivo, consumação e tentativa
6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica

Capítulo VII - DA RECEPÇÃO

Seção I - Recepção

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Crime parasitário
5. Autonomia da receptação
6. Produto de “crime”
7. Penas e seus reflexos
8. Crime militar
9. Ação penal
10. Justa causa triplicada
11. Figuras análogas em legislação extravagante
12. Classificação jurídica

Subseção II - Recepção simples

1. Classificação doutrinária
2. Conduta típica
3. Sujeitos da infração penal
4. Elemento subjetivo

5. Consumação e tentativa

6. Pena e reflexos da Lei 15.397/2026

Subseção III - Receptação qualificada

1. Crítica doutrinária

2. Conduta típica

3. Tipo misto

4. Sujeito ativo

5. Elemento subjetivo

6. A questão da constitucionalidade da pena

Subseção IV - Receptação circunstanciada

Tópico I - Majorante do §6º

1. Questão terminológica

2. Incidência

3. Conhecimento

Tópico II - Majorante do §7º

Subseção V - Receptação culposa

1. Tipo fechado

2. Elementos típicos

Subseção VI - Perdão judicial e receptação privilegiada

1. Revogação

2. Lei penal no tempo

3. Conteúdo histórico

Subseção VII - Majorante do §8º — organização criminosa ultraviolenta

Seção II - Receptação de animal

1. Criação

2. Figura típica

3. Objeto jurídico

4. Objeto material

5. Sujeitos da infração penal

6. Consumação e tentativa

7. Elemento subjetivo

8. Penas e seus reflexos

9. Ação penal

10. Classificação jurídica

Seção III - Receptação de combustíveis (Lei 8.176/1991)

1. Criação e posição sistemática

2. Receptação dolosa de combustíveis (art. 1º-A)

3. Receptação culposa de combustíveis (art. 1º-B)
4. Penas e seus reflexos
5. Ação penal
6. Competência
7. Alienação antecipada (art. 1º-D)
8. Direito intertemporal – efeitos da lei penal no tempo

Capítulo VIII - Das disposições gerais

Seção I - Imunidade penal absoluta

1. Outras denominações
2. Razão de ser
3. Antecedentes legislativos
4. Natureza jurídica
 - 4.1 A questão do erro em relação às imunidades
5. Caracteres e consequências da imunidade

Subseção I - Cônjuge, na constância da sociedade conjugal

1. “Tempus regit actum”
2. Abrangência

Subseção II - Ascendente ou descendente

1. Ajuste terminológico constitucional
2. Prova do parentesco
3. Abrangência – a questão do padrasto e da paternidade socioafetiva

Seção II - Imunidade penal relativa

1. Equívoco terminológico
2. Instauração de inquérito policial
3. Desnecessidade do dispositivo
4. Inaplicabilidade do dispositivo
5. Exigência de coabitação
6. Hipóteses em relação à sociedade conjugal

Seção III - Inaplicabilidade das imunidades

1. Crimes com violência ou grave ameaça à pessoa
2. Estranho que participa do crime
3. Pessoa com idade igual ou superior a 60 anos
4. Pessoa com deficiência
5. Violência doméstica e familiar contra a mulher

Seção IV - Crimes patrimoniais contra instituições financeiras e segurança privada

1. Contextualização e reflexos penais
2. Natureza jurídica e posição sistemática

3. Alcance subjetivo — quem é a vítima protegida
4. Alcance objetivo — quais crimes
5. Critério de fixação do quantum
6. Concurso com as demais causas de aumento
7. Bis in idem aparente
8. Reflexo processual — atribuição da Polícia Federal
9. Lei penal no tempo

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.